

ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM ÁREAS LIVRES: O CASO DA PRAÇA PIRATININO DE ALMEIDA

ITALO RODEGHIERO NETO¹; JULIA BORN PUREZA²; DOUGLAS DE CASTRO BROMBILLA³; CLARISSA CALDERIPE MONTELLI⁴; ISABELA FERNANDES ANDRADE⁵

¹Universidade Federal de Pelotas – rodeghiero.hoe@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – jbornpureza@gmail.com

³Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Rio Grande – douglasbrombilla@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – cissacal@yahoo.com.br

⁵Universidade Federal de Pelotas – acessiarq@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este resumo trata a respeito da pesquisa intitulada “Acessibilidade em espaços livres públicos” e tem como objetivo apresentar as condições de acessibilidade da Praça Piratinino de Almeida a partir de avaliação técnica. Até o presente momento, foi realizado o método denominado Visita Exploratória em dois espaços: a Praça Piratinino de Almeida e o Parque Dom Antônio Zattera, ambos situados na cidade de Pelotas. Para tanto, neste resumo exibem-se os resultados obtidos na Praça Piratinino de Almeida.

Situada no centro de Pelotas, a praça Piratinino de Almeida apresenta um monumento histórico: a Caixa d’água. Este reservatório foi erguido em 1875 e, desde então, é considerado um dos pontos turísticos para a cidade. Por possuir no seu entorno centros comerciais e um hospital, esta praça é bastante frequentada durante o dia. Ainda, as pessoas idosas utilizam este espaço como lazer, para realizar suas atividades e comunicar-se com outras pessoas.

Bins Ely e Dorneles (2006) afirmam que “em função do grande crescimento da população idosa no Brasil e no mundo, é fundamental que se compreenda suas necessidades espaciais, ao se projetar quaisquer espaços.”. Consoante a esta ideia, ASSUNÇÃO E COELHO (1995) apontam o conceito de acessibilidade a partir do qual todas as pessoas devem conseguir, em qualquer ambiente, “(...) situar-se e orientar-se, em relação aos objetos, as pessoas e o seu próprio corpo em um determinado espaço.”. Sendo assim, se faz necessário o uso de critérios técnicos para a elaboração de projetos e adaptações a edificações, bem como questões voltadas a mobiliário, espaço e equipamentos urbanos. A legislação brasileira que define estes parâmetros é a Norma Brasileira (NBR) 9050/2015.

Dischinger et al. (2012) definem o conceito de acessibilidade espacial como a possibilidade do indivíduo “[...] compreender sua função, sua organização e relações espaciais, assim como participar das atividades que ali ocorrem.” (DISCHINGER, BINS ELY E PIARDI, 2012). Para compreender e avaliar estas questões, é necessário entender seus componentes, divididos em quatro categorias: orientação espacial, comunicação, deslocamento e uso. Seus ícones são mostrados conforme a Figura 01.

Figura 01: Ícones que representam os componentes de acessibilidade



Orientação espacial



Comunicação



Deslocamento



Uso

Fonte: Dischinger et al., 2012.

As condições de **orientação espacial** são dadas pela capacidade do indivíduo receber e processar informações, a partir das informações arquitetônicas e adicionais. A **comunicação** trata da troca de informações entre pessoas. Já o **deslocamento** diz respeito a movimentação ao longo de percursos horizontais e verticais. Por fim, a categoria **uso** condiz com a possibilidade efetiva de participação e realização de atividades por todas as pessoas.

2. METODOLOGIA

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca de conceitos que seriam utilizados na pesquisa, entre eles acessibilidade, idosos, deficiência e espaços livres, além da definição dos métodos para a coleta dos dados.

Em seguida, aplicou-se o método Visita Exploratória. Este método é geralmente o primeiro contato com o objeto de estudo, permitindo o conhecimento de suas principais características. Neste, se realiza um comparativo do ambiente avaliado com as normas e legislações vigentes, identificando questões positivas e negativas que o objeto de estudo apresenta.

Para esta avaliação, utilizou-se levantamentos métricos e fotográficos, além do preenchimento de planilhas. Optou-se por usar as planilhas desenvolvidas por DISCHINGER et. al. (2012) para a avaliação das condições de acessibilidade em edificações e uso público no Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público do Ministério Público de Santa Catarina. Para este levantamento de dados, utilizou-se três planilhas desenvolvidas por DISCHINGER et. al. (2012): 1 – Área de acesso ao edifício; 3 – Circulações Horizontais, e 6 – Locais para Atividades Coletivas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a coleta, os dados foram organizados em uma tabela, conforme exemplo apresentado na Figura 02. Na coluna 1, apresenta-se o componente de acessibilidade analisado. Já na segunda, o(s) item(ns) da NBR 9050 (2015) a que se referem. Na terceira coluna expõem-se, de forma breve, a situação encontrada no local. Por fim, a última coluna, ilustra a situação.

Figura 02 – Parte da tabela de dados referente a Visita Exploratória na Praça Piratinino de Almeida

ESTUDO DE CASO – PIRATININO DE ALMEIDA			
COMPONENTE	NBR 9050/2015	OBSERVAÇÕES DO ESPAÇO	ILUSTRAÇÃO
→	4.3 6.3	Os caminhos apresentam, aproximadamente, 2,20m. Apresentam desniveis, como raízes fixas ao chão, e a superfície não apresenta revestimento regular e firme. Existem obstáculos, ainda, como bueiros e luminárias.	

Fonte: os autores, 2016.

Devido ao número reduzido de páginas, neste resumo foi apresentada apenas uma linha desta tabela. Abaixo, segue os detalhes de cada problema encontrado na praça, evidenciado pela norma.

Em relação à circulação horizontal, a praça apresenta alguns problemas. Alguns trechos não possuem revestimento, sendo cobertos de areia que não possuem firmeza e regularidade em qualquer condição climática. Ainda, apresentam obstáculos que não são identificados corretamente, como raízes de árvores, bueiros e luminárias. Entretanto, os seus caminhos possuem largura superior ao mínimo estabelecido em norma, sem obstáculos verticais, como galhos de árvores e postes de luz.

Algumas calçadas da praça se encontram em obras; outras, já finalizadas, possuem área livre maior do que o mínimo estabelecido pela norma (1,20m). Junto ao meio-fio das calçadas, pode-se observar piso tátil do tipo alerta. Em certos pontos da praça, encontra-se sinalização visual de obras, como cavaletes e faixas amarelas. Entretanto, este trecho não possui rampas provisórias e tapumes como um caminho auxiliar para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, como recomendado na NBR 9050 (2015).

Quanto ao mobiliário urbano, podem-se observar diversas questões que divergem da norma utilizada como referência. A praça contém três modelos distintos de bancos: o modelo 1 apresenta desconformidades quanto a profundidade do encosto e a altura do acento; já o modelo 2, a altura do acento em relação ao chão está incorreta e, por fim, o modelo 3 apresenta não-conformidades em relação à altura do acento e a profundidade do encosto. Porém, a largura dos acentos, outro parâmetro mínimo definido pela NBR 9050 (2015), encontra-se conforme recomendado. Além disto, a área de aproximação aos bancos não se encontram em passeios de pisos regulares e firmes, contribuindo para que os bancos sejam irregulares.

Figura 03 – Modelos de bancos instalados na Praça.



Fonte: os autores, 2016.

O telefone público existente na praça não está de acordo com a NBR 9050 (2015). Este não possui transmissão de mensagens de texto (TDD), utilizada por pessoas com deficiência auditiva. Semelhante ao observado com outros mobiliários, o espaço de aproximação do telefone é irregular, apresentando desniveis e piso que não apresenta revestimento regular e firme. Por fim, este mobiliário é apresentado apenas em uma altura, sendo dificultada a utilização e o alcance dos usuários que são de baixa estatura ou cadeirantes.

As placas que se encontram na praça são do tipo de identificação. Estas trazem, por exemplo, o nome da praça e indicam ao que se refere o monumento

nela existente (a Caixa d'água), tendo contraste entre cor de letra e de fundo. Porém, o pictograma não condiz com aquilo que se trata, impossibilitando a identificação da praça apenas através dele.

A praça não apresenta banheiros públicos e parques infantis e, e função disso, esses espaços não foram analisados.

Pretende-se, na sequência da pesquisa, aplicar outros quatro métodos nesta praça: o mapa comportamental, o passeio acompanhado, o *Walkthrough* e a entrevista semiestruturada (incluindo a técnica conhecida como poema dos desejos). Essa abordagem multimétodos garante uma abrangência superior dos resultados, além de gerar um importante confronto entre estes e, assim, uma maior discussão.

4. CONCLUSÕES

O estudo vem mostrando sua importância a partir da comparação realizada entre a pesquisa bibliográfica e a aplicação do método na pesquisa de campo. O método Visita Exploratória é um grande exemplo, pois se podem comparar os dados reais com os parâmetros sugeridos pela norma.

No momento da visita, a praça encontrava-se em obras, tendo alguns trechos já concluídos. Pode-se observar que o principal problema identificado diz respeito a pavimentação, visto que não há piso firme e estável tanto nos caminhos principais quanto nos trechos de aproximação aos mobiliários. Entretanto, os trechos já finalizados comprovam que a obra finalizada garantirá calçadas em conformidade com aquilo que é estabelecido pela Norma Brasileira de Acessibilidade (NBR 9050, 2015). Outro problema está relacionado ao mobiliário urbano – especificamente aos bancos –, pois os três modelos contidos na praça não apresentam os requisitos mínimos estabelecidos pela norma.

Com a utilização de outros métodos futuramente, espera-se coletar um maior número de dados e, assim, chegar aos resultados esperados pela pesquisa, como a proposição de sugestões para as áreas livres estudadas. Ao final da pesquisa, pretendem-se apresentar a Prefeitura Municipal de Pelotas os dados alcançados com este trabalho.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. Acessado em 30 de julho. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_164.pdf>.

ASSUNÇÃO JOSÉ, E.; COELHO, M. T. **Problemas de Aprendizagem.** 6ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

BINS ELY, V. H. M.; DORNELES, V. G. Acessibilidade espacial do idoso no espaço livre urbano. In: **14º CONGRESSO BRASILEIRO DE ERGONOMIA**, novembro de 2006, Curitiba.

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V.M; PIARDI, S. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público.** Florianópolis, 2012.